

ÓPERA CRIP, CORPO, ESTÉTICA E INSURGÊNCIA NA EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES: regimes de visibilidade entre mídia, escola e subjetividade

Daniel Zürcher
Dagmar de Mello e Silva

Resumo

Este ensaio mobiliza a Teoria *Crip*, Paulo Freire, Michel Foucault, Jacques Rancière e os estudos de visualidade para construir uma escrita que problematiza os regimes de visibilidade e normalização dos corpos dissidentes – especialmente aqueles marcados pela deficiência – na escola e nas mídias. O objetivo do trabalho é problematizar o conteúdo e a visualidade de séries de *streaming*, que tratam das pessoas com deficiência, fazendo uma provocação em relação ao espaço escolar, que, muitas vezes, deixa de fora esses artefatos midiáticos com potencial para questionar a forma como as pessoas PCD são vistas dentro e fora da escola. A metáfora da “ópera *crip*” guia uma reflexão que entrelaça estética, ética e política, propondo uma pedagogia da escuta e do olhar comprometida com o rompimento dos imperativos capacitistas e produtivistas que atravessam os dispositivos educacionais e comunicacionais. Defende-se, assim, uma educação estética, inclusiva e sensível à diferença, que reconheça o inacabamento, a opacidade e a vulnerabilidade como potências políticas para a reinvenção de si e do comum.

Palavras-chave: corpo *def*; capacitismo; *streaming*; contravisualidade; educação.

CRIP OPERA, BODY, AESTHETICS, AND INSURGENCY IN THE EDUCATION OF SENSIBILITIES: regimes of visibility across media, school, and subjectivity

Abstract

This essay draws on Crip Theory, Paulo Freire, Michel Foucault, Jacques Rancière, and visibility studies to construct a writing that problematizes the regimes of visibility and normalization of dissident bodies – especially those marked by disability – in schools and media. The aim of the work is to question the content and visuality of streaming series that portray people with disabilities, provoking a reflection on the school environment, which often excludes such media artifacts despite their potential to challenge how disabled people are seen inside and outside the classroom. The metaphor of the “crip opera” guides a reflection that intertwines aesthetics, ethics, and politics, proposing a pedagogy of listening and looking committed to breaking with the ableist and productivist imperatives that permeate educational and communicational devices. It thus advocates for an aesthetic, inclusive, and difference-sensitive education—one that recognizes incompleteness, opacity, and vulnerability as political forces for the reinvention of the self and the common.

Keywords: disabled body; ableism; streaming; counter-visibility; education.

ÓPERA CRIP, CUERPO, ESTÉTICA E INSURGÊNCIA EN LA EDUCACIÓN DE LAS SENSIBILIDADES: regímenes de visibilidad entre medios, escuela y subjetividad

Resumen

Este ensayo moviliza la Teoría Crip, a Paulo Freire, Michel Foucault, Jacques Rancière y los estudios de visualidad para construir una escritura que problematiza los regímenes de visibilidad y normalización de los cuerpos disidentes – especialmente aquellos marcados por la discapacidad – en la escuela y en los medios de comunicación. El objetivo del trabajo es problematizar el contenido y la visualidad de series de *streaming* que abordan a las personas con discapacidad, planteando una provocación en relación con el espacio escolar, que muchas veces excluye estos artefactos mediáticos a pesar de su potencial para cuestionar la manera en que las personas con discapacidad son vistas dentro y fuera de la escuela. La metáfora de la “ópera crip” orienta una reflexión que entrelaza estética, ética y política, proponiendo una pedagogía de la escucha y de la mirada comprometida con la ruptura de los imperativos capacitistas y productivistas que atraviesan los dispositivos educativos y comunicacionales. Se defiende, así, una educación estética, inclusiva y sensible a la diferencia, que reconozca la inacabación, la opacidad y la vulnerabilidad como potencias políticas para la reinención de sí y de lo común.

Palabras clave: cuerpo con discapacidad; capacitismo; *streaming*; contravisualidad; educación.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado que produziu uma cartografia de si, no diálogo entre educação e comunicação, problematizando alguns conteúdos e visualidades hegemônicas de séries de *streaming* que dão protagonismo às pessoas com deficiência. Nosso intuito consistiu em promover provocações ao espaço escolar, que, muitas vezes, deixa de fora esses artefatos midiáticos com potencial para questionar a forma como as pessoas PCD são vistas dentro e fora da escola, perdendo a oportunidade de produzir deslocamentos nos modos de se relacionar com corpos que divergem dos padrões normativos sociais. Trata-se de uma escrita que emerge de experiências vividas e rememoradas, em que o próprio corpo de um dos autores se apresenta como território e percurso de investigação, de afetos e de problematizações.

A cena que inaugura esta narrativa – um comentário de uma avó paterna sobre a possibilidade de “conserto” dos dedos de um dos autores – não é apenas uma memória familiar, mas um ponto de inflexão, um acontecimento que catalisa reflexões sobre os dispositivos de poder que operam na constituição dos corpos e das subjetividades.

Assumindo o corpo como espaço de enunciação, este trabalho se inscreve em uma perspectiva que recusa a dicotomia entre sujeito e objeto, entre teoria e experiência, entre o político e o pessoal. A escolha por partir de um relato autobiográfico não é apenas uma estratégia retórica, mas uma aposta metodológica em uma escrita implicada, atravessada pelas marcas de um corpo que escapa à corponormatividade capitalizada e que, por isso mesmo, torna-se insubmisso aos padrões de visibilidade e controle impostos pela lógica da disciplina moderna.

A coautoria com a orientadora se justifica não apenas por seu acompanhamento no desenvolvimento da pesquisa, mas pela potência do encontro entre saberes, escutas e afetos que possibilitaram o amadurecimento crítico e teórico deste trabalho. A orientadora aqui não figura como uma supervisora distante, mas como uma coautora de pensamento, cuja escuta atenta e provocadora foi fundamental para o delineamento das trilhas cartográficas percorridas. A escrita

compartilhada, portanto, simboliza um compromisso ético e político com modos de produção de conhecimento que valorizam a colaboração, o cuidado e a (des)hierarquização nas relações acadêmicas.

TESTEMUNHO DE UMA EXPERIÊNCIA CORPÓREA DISSIDENTE

Quando tinha entre sete a oito anos, eu e minha família fomos convidados pelos meus avós paternos para visitá-los. Toda minha família paterna é suíça e fala alemão, e meus falecidos avós nem inglês falavam, portanto, na época da visita – 2003 –, a comunicação se dava basicamente através da tradução de meu pai, exceto por algumas poucas palavras, como “*gute morgen*”, “*gute nacht*”¹ e “*choc*”². Certa vez, nessa viagem, lembro de meu pai ter dito que minha avó o questionou, perguntando se não havia algum aparelho que pudesse “consertar” meus dedos, pois, “[...] assim como toda máquina que se preza passa por um rigoroso controle de qualidade” (Rouanet, 2003, p. 25), meus dedos não passaram pelo “controle de qualidade” de minha avó.

Esse episódio nos dá pistas para pensar o quanto as relações fabris de trabalho, na lógica capitalista, se reproduzem nas relações humanas, fabricando indivíduos submetidos a um controle de qualidade. O olhar atento para a história do trabalho nos faz compreender como, nos modos de produção material moderno, os indivíduos passaram a ser fabricados ideologicamente. A ideologia aqui não se apresenta apenas como um conjunto de crenças ou um véu que encobre uma verdade subjacente, mas, sim, como um efeito dos dispositivos de poder e saber que constituem a sociedade. O episódio relatado – em que a avó expressa seu incômodo com o corpo do neto, sugerindo a possibilidade de uma correção – não pode ser reduzido a uma manifestação isolada de um preconceito individual, ele precisa ser compreendido dentro de um contexto mais amplo de subjetivações que instituem regimes de visualidades normativos sobre corpos que divergem dos padrões instituídos socialmente. Motivo pelo qual trouxemos esse breve relato, para enfatizar uma dualidade imposta aos corpos, regida por uma suposta normalidade entendida como verdade. O corpo que incomodava a avó, ainda incomoda muitas outras pessoas, por fugir de uma corponormatividade capitalizada por um ideal que não apenas atende aos padrões biomédicos e estéticos dominantes, mas que também se insere em uma lógica mercadológica de valorização e exploração.

Nessa perspectiva, corpos que fogem à norma são percebidos como disfuncionais, como mercadorias com defeito. Isto porque a modernidade trouxe consigo o advento da disciplina, conforme explorado por Foucault em *Vigiar e punir* (1975/2014). A conformação dos corpos aos padrões dominantes tornou-se uma necessidade não apenas para o funcionamento das fábricas e exércitos, mas também para a organização social em um sentido mais amplo. O corpo disciplinado seria aquele que se submete às normas, que se ajusta às expectativas produtivas e estéticas do sistema capitalista. O corpo *Def*³ é, por sua natureza, insubmisso a essa norma. Esse processo

¹ Traduzindo do alemão: “bom dia” e “boa noite”, respectivamente.

² Aqui não é nenhuma palavra em si, mas a lembrança sonora do que eu e meu irmão fazíamos para pedir chocolate aos nossos avós.

³ Neste artigo, proponho o conceito de corpo *Def* (termo comumente utilizado pela militância de pessoas com deficiência) como uma forma de tensionar a lógica capacitista e produtivista que enquadra corpos com deficiência

normativo estabelece um regime de visibilidade que diferencia os corpos adequados daqueles considerados desviantes, produzindo o que chamamos de “corponormatividade capitalizada”.

Essa é uma lógica que expõe um modelo binário de compreender o mundo, partindo das premissas: normal $\times$ anormal, certo $\times$ errado, e, para alguns, dentro do controle de qualidade $\times$ defeituoso, dando a ideia de que essas divergências são passíveis de reversão, de cura, de consertos ou, caso contrário, devem ser excluídos.

Porém, nos últimos anos, surgiu no campo teórico dos estudos da deficiência com uma teoria que vem ganhando espaço nos meios acadêmicos e da militância por direitos. Trata-se da Teoria *Crip*, que intersecciona os signos culturais entre o *queer* e a deficiência. Difundida por Robert McRuer (2024), essa teoria promove uma revolução nos regimes de visibilidades pautados por binarismos.

A Teoria *Crip* institui um “direito ao olhar” que desconstrói a “capacidade corporal compulsória em que vivemos”, nos convidando a “desnaturalizar a distinção entre normal e anormal, entre capacidade e deficiência”. *Crip* é um modo de “aleijar” o mundo, deslocando nosso olhar dos padrões normativos que definem quem é visível e quem permanece invisibilizado, à margem. Desse modo, a Teoria *Crip* explode com os binarismos e reivindica uma condição existencial *queer*, nos convidando a pensar para além da lógica reabilitadora e capacitista, abrindo espaço para uma estética e uma ética que celebrem as múltiplas formas de existência. Em vez de buscar a conformidade, ela reivindica a dissonância como potência política, instaurando um novo regime de visibilidade em que corpos, desejos e subjetividades, outrora considerados desviantes, tornam-se centrais na construção de uma estética mais plural de nossas existências.

Defendemos com essa escrita que, se um corpo é considerado estranho, é porque a sociedade é submetida a processos de estetização do olhar, que fazem com que vejamos corpos *Def* como algo que foge do belo, do padrão, sendo alvos de estranhamento, processos de estetização que reafirmam visualidades e hierarquias (Mirzoeff, 2016) sobre o que é visto ou não como belo.

A escrita que segue propõe analisar algumas séries de *streaming* como um aparato normativo, explorando sua relação com a educação do olhar. Em um sentido amplo, apontamos como essas produções funcionam como agenciamentos na construção da percepção sobre os corpos e, para além disso, de que maneira a estética nelas apresentada pode, ou não, moldar olhares sobre corpos divergentes, considerando que essas obras possuem um poder de subjetivação, influenciando modos de ver e compreender os corpos.

A concepção de educação adotada neste trabalho se insere em uma perspectiva que reivindica uma alternativa educacional mais estética, no sentido proposto por Rancière (2005), que entende a estética em sua dimensão política da vida, como um regime de partilha do sensível. Ou seja, trata-se de uma política do visível e do dizível que define quem pode falar, o que pode ser visto, escutado e reconhecido como saber e como experiência legítima. Essa abordagem possibilita um diálogo entre educação e processos de mediações que contribua para entendermos os impactos da estetização na construção dos corpos e produção de identidades fixas que nos circunscrevem a uma característica.

Com essas considerações sugerimos orquestrarmos uma *outra* composição estética e sensível entre a experiência pessoal e a crítica social, evocando uma metáfora da experiência

como falhos ou disfuncionais. A grafia abreviada e destacada (*Def*) é uma estratégia política de reapropriação, recusando o sufixo ‘-iciente’, com sua conotação de insuficiência, e afirmando a potência subversiva desses corpos diante das normatividades capitalistas e disciplinares.

corporal que, tal qual uma ópera, possa propor uma narrativa que entrelaça memória pessoal, análise teórica e crítica social para compor um argumento sobre normatividade, corpo e exclusão em que o corpo *Def* possa assumir protagonismos nos territórios sociais de disputa simbólica e política.

EDUCAR UM CORPO OU APRENDER COM DIFERENTES CORPOS?

Em *Pedagogia da autonomia*, Paulo Freire nos convida a refletir sobre o ato de ensinar como uma prática dialógica, em que ensinar e aprender caminham, dentro e fora da escola. Embora esse princípio seja amplamente reconhecido pedagogicamente – ou ao menos deveria ser –, na prática, no cotidiano escolar, as vivências extracurriculares nem sempre são incorporadas. Atualmente, os *streamings* dominam grande parte do consumo da indústria cultural. A ausência de debates sobre esse fenômeno na escola revela uma desconexão em relação aos processos de subjetivação e normatização corporal que essas plataformas impõem. A falta de uma reflexão crítica sobre o papel dos *streamings* no “educar estético” abre espaço para o avanço de um regime neoliberal, no qual corpos divergentes são invisibilizados ou descartados.

A crítica aqui se dá justamente pela ausência de discussões sobre o caráter educativo dessas narrativas audiovisuais. Foi a partir de problematizações sobre o conceito de estética, que compreendemos as discriminações que corpos *Def* sofrem no ambiente escolar, nos fazendo ver por que o imaginário coletivo sobre corpos com deficiência reflete representações distorcidas, baseadas em uma estetização específica.

Retomando o pensamento de Paulo Freire, observamos que a escola tende a tratar corpos divergentes por meio de conjunções adversativas, frequentemente expressas pelo “mas” (ou, em alguns casos, pelo “apesar”). Essas conjunções marcam fortemente a trajetória escolar de alguns corpos, evidenciando uma lógica de concessão que reafirma a diferença como obstáculo. Em *Pedagogia da autonomia*, Freire (2004) expõe diversas questões que, se por um lado, parecem óbvias – afinal, todo educador deveria conhecê-las –, por outro, a ausência dessas problematizações na prática cotidiana, torna ainda mais urgente a necessidade de compreendermos por que esses preceitos pedagógicos seguem sendo ignorados, afinal: “Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com uma escola que, de um lado, se abraça com os discursos progressistas e, de outro, negue na prática o que afirma no discurso.” (Freire, 2004, p. 105).

A autonomia proposta por Freire nos convida a aproximar os saberes dos estudantes das discussões em sala de aula, transformando-os em fontes de debate crítico, pois: “Não é possível pensar a prática educativa sem este movimento constante entre o saber do educador e o saber do educando. Os saberes do educando devem ser respeitados” (Freire, p. 24). Em outras palavras, o educar deve ultrapassar os muros da escola e dialogar com os múltiplos contextos da vida dos alunos. Nesse sentido, os *streamings* e a cultura midiática em geral deveriam ser incorporados ao currículo, fomentando discussões sobre inclusão e diversidade. No entanto, a escola ainda opera sob lógicas excludentes. Para Freire (1996), a linguagem revela essas hierarquias e a conjunção adversativa *mas* se torna um marcador ideológico que impõe uma expectativa negativa sobre determinados corpos: “[...] É negra, mas é competente e decente. Jamais ouvi ninguém dizer que conhece Célia, que ela é loura, de olhos azuis, mas é competente e decente. No discurso perfilador de Madalena, negra, cabe a conjunção adversativa mas; no que contorna Célia, loura de olhos azuis,

a conjunção adversativa é um não-senso [...] A razão é ideológica e não gramatical.” (Freire, 1996, p. 25)

Existem corpos que são constantemente submetidos à prova. Na escola, esses corpos são frequentemente precedidos de conjunções adversativas ou subordinativas: “*Apesar da sua deficiência, você consegue...*” Corpos que não são vistos por sua capacidade de ser e agir, mas como um desvio que precisa ser superado. Como aponta Freire (1996), ninguém introduz um *mas* ou um *apesar* para qualificar um corpo loiro, de olhos azuis e sem deficiência. Esse corpo é tomado como norma, como referencial silencioso contra o qual todos os outros são medidos. Essa lógica opera dentro e fora da escola, estruturando regimes de visibilidade. O corpo branco, loiro, sem deficiência, cisgênero e magro não precisa ser nomeado porque ele é a base sobre a qual a sociedade constrói suas representações do que é desejável, capaz e válido. É esse corpo que se espalha pelas telas, ocupa os espaços de poder e define os limites do que pode ou não existir sem ser reduzido à exceção, ao desvio ou à “superação”. A escola, ao invés de questionar essa lógica, a reproduz. Se há corpos que precisam *provar* constantemente que são capazes, é porque há um sistema que determina, *a priori*, quais vidas são dignas de reconhecimento e quais devem ser toleradas *apesar de tudo*.

A ideia que inspira esta escrita está relacionada a uma constatação que parte da experiência social do corpo *Def* de um dos escritores, experiência que nos levou a perceber esses corpos sob a perspectiva de campo de disputa simbólica e estética, justamente por serem atravessados por representações midiáticas e educacionais que moldam percepções. Além disso, corpos *Def* também são campos de disputa política e social, já que atuam politicamente à medida em que desafiam padrões impostos pelo neoliberalismo e pelo conservadorismo, que reforçam a produtividade, a autonomia individual e a padronização como valores centrais. Ser um corpo dissidente, nesse contexto, significa resistir a essas normativas. Por fim, corpos *Def* são alvo de disputa educacional, posto que, enquanto experiência vivida, desafiam modelos tradicionais de ensino que não contemplam a diversidade corporal e subjetiva. As escolas, muitas vezes, ignoram ou marginalizam corpos que fogem da norma, reforçando estruturas – capacitistas, racistas, de gênero – excludentes. Compreender os processos educacionais que transcendem os muros da escola é essencial para analisar como eles moldam a formação dos estudantes. Há uma disputa crescente por narrativas que avançam, infiltrando-se cada vez mais nas relações educacionais. Ou seja, a estética não apenas compõe o ato de educar, mas já está sendo instrumentalizada por vias não institucionais, servindo a interesses ideológicos específicos.

Hoje há uma disputa ideológica e estética evidente, de matriz neoliberal, dominando espaços educativos. Um exemplo disso é a empresa “Brasil Paralelo”, que se autodefine como uma empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação. O caráter estratégico dessa atuação se revela na forma como o Brasil Paralelo busca atingir classes mais vulneráveis e com pouco acesso à educação, promovendo uma agenda específica sob a justificativa de democratização do conhecimento.

Essa apropriação do discurso educacional escancara como o neoliberalismo e o conservadorismo disputam a formação subjetiva e política da sociedade, utilizando a educação como ferramenta de difusão ideológica. Ou seja, a ideologia neoliberal-conservadora opera na disputa pela educação para além dos muros escolares, utilizando a mídia como um espaço estratégico de formação subjetiva. Constata-se, então, a necessidade de uma educação atenta aos modos como as mídias vêm se consolidando como um espaço de disputa ideológica.

Quando a escola se abstém de problematizar esses processos, acaba por reforçar a difusão de uma estética forjada por ideologias conservadoras que historicamente se alinham ao extermínio da diferença, à marginalização dos corpos que desviam da norma e à negação da diversidade como valor educativo e social, nos desafiando a pensar se precisamos educar um corpo ou aprender com a diversidade corporal.

E O QUE AS OBRAS AUDIOVISUAIS TÊM A VER COM ISSO?

O modelo escolar, especialmente nas instituições públicas, é estruturado para preparar os alunos para o mercado de trabalho. Isso se evidencia em perguntas recorrentes, como: “O que você quer ser quando crescer?”. Embora possa parecer uma questão sobre sonhos e aspirações, na realidade, trata-se de um direcionamento instrumental: “Para o que você quer servir?”. A escola, nesse sentido, opera como um aparelho de formação de mão de obra, e as respostas esperadas dos alunos devem estar alinhadas às demandas do mercado. Essas possibilidades de futuro, por sua vez, são amplamente mediadas pela mídia. No caso de corpos *Def*, a questão é: “onde esse corpo poderá estar quando crescer?”. Na busca por essa resposta, nos deparamos com um vazio, pois esses corpos não encontram representações de corpos semelhantes nos espaços midiáticos.

É a partir dessa constatação que escolhemos algumas obras audiovisuais para problematizarmos. Elas se estruturam em dois eixos distintos, mas complementares: no primeiro, procuramos tensionar sobre o papel das representações de pessoas com deficiência na construção do imaginário social; no segundo, questionamos se essas representações buscam, de alguma forma, aproximar-se das experiências de pessoas sem deficiência. A partir das séries selecionadas, procuramos trazer questões que envolvem o paradigma de inclusão em uma sociedade que, estruturalmente, se baseia na exclusão de determinados corpos.

As obras selecionadas para esta discussão partem do questionamento sobre o modo como o paradigma de inclusão vem sendo concebido. E, mais ainda, corpos *Def* desejam ser incluídos sob esses preceitos? Isso porque o que temos vivenciado é que as supostas práticas includentes partem de um campo discursivo que se constitui por um “[...] modo teleológico de tentar conferir à diferença uma normatividade. É comum nos depararmos com um jargão muito utilizado nos meios publicitários, como uma espécie de Marketing da Inclusão: *ser diferente é normal!*” (Silva, Silva, 2021, p. 5). A partir dessas autoras, consideramos inevitável nos perguntarmos por que “[...] precisamos inserir a diferença a uma normatividade? Seria porque a diferença nos remete ao desconhecido, ao estranho, nos deslocando de nossas verdades, de nossas certezas? [...] Trata-se de questionarmos, também, por quem essas relações são ignoradas? O que implica pensar a dimensão moral dessas posturas [...]” (Silva, 2021, p. 5-6).

Nessa escolha, procuramos transitar entre temas que tratam de questões que nos forçam a pensar as relações humanas com a diferença. Importante destacar que não pretendemos realizar uma análise hermenêutica de cada uma delas, mas utilizá-las como dispositivos que acionam alguns questionamentos centrais deste estudo. Questionamentos que buscamos responder com a apresentação do documentário *Crip Camp: Revolução para Inclusão*, abordado no contexto de análise como uma contravisualidade⁴ para levantar reflexões sobre a comunidade de Pessoas com Deficiência e estabelecer um diálogo com a diferença e a educação. A seguir, apresentamos as obras

⁴ Contravisualidade é um conceito desenvolvido por Nicholas Mirzoeff (2016) para criarmos uma oposição crítica às formas hegemônicas de olhar e representar o mundo (visualidades).

selecionadas, acompanhadas de uma breve explicação sobre sua relação com a temática deste artigo. Vale destacar que todas as séries escolhidas são produções da Netflix ou contaram com sua participação de alguma forma, além de estarem inseridas na categoria⁵ “Novos olhares sobre a pessoa com deficiência”.

AS OBRAS SELECIONADAS

Neste ponto, procuramos discorrer introdutoriamente a respeito da escolha de cada uma das séries mencionadas a fim de justificar essas escolhas. O objetivo consistiu em ambientar o leitor ao universo da produção audiovisual com PcDs na plataforma de *streaming* Netflix. Para essa escolha, foi realizado um levantamento prévio sobre quais séries realmente tinham a temática centrada na PcD, e, por fim, a partir de leituras de sinopses e *reviews* por escrito, a seleção foi concluída. O intuito foi fazer uma escolha bem diversa que agregasse para a discussão sobre corpos divergentes. A seguir, contextualizamos cada uma das obras mencionadas com nossa proposta e, posteriormente, realizamos uma discussão que parte do diálogo dessas obras com a educação.

A primeira obra selecionada foi *Divisão Palermo* (2023). Trata-se de uma produção argentina que acompanha um grupo de patrulheiros urbanos. Classificada como comédia, a série levanta questões relevantes para este artigo, sendo a principal delas a forma como a pessoa com deficiência é constantemente associada à figura do “ser bonzinho”. Esse conceito não está vinculado a uma régua moral entre o bem e o mal, mas à ideia de ingenuidade e pureza, tantas vezes atribuídas aos corpos *Def*. A série ficcional retrata o cotidiano de uma divisão policial em Palermo e procura desconstruir estereótipos capacitistas presentes em suas narrativas anteriores.

Logo nos primeiros episódios, conhecemos Pablo, um homem cadeirante que integra a “Divisão de Inclusão” criada para melhorar a imagem pública da polícia argentina. À primeira vista, ele poderia se encaixar no estereótipo do “deficiente bonzinho”, mas a série rapidamente quebra essa expectativa. Pablo é sarcástico, ácido e cheio de opinião. Ele tem senso crítico sobre a criação da divisão inclusiva, e questiona abertamente o caráter simbólico da sua presença ali. Em vez de ser passivo ou ingênuo, Pablo desafia as ordens, confronta colegas e demonstra autonomia moral e intelectual. Há uma cena em que ele ironiza o tokenismo da equipe, dizendo algo como: “Estamos aqui só pra foto, né?” – escancarando o uso instrumental da diversidade para fins de *marketing* institucional.

A inclusão desta série neste estudo tem dois objetivos fundamentais. O primeiro é justamente por se tratar de uma comédia, um gênero pouco explorado quando se trata da representação de pessoas com deficiência. Ao analisar as obras catalogadas na plataforma Netflix, percebe-se que o drama é predominante nesse tipo de temática, o que reforça um olhar de compaixão exagerada e vitimização. Esse aspecto produz implicações diretas na forma como a sociedade enxerga as pessoas com deficiência, alimentando a percepção de que são pessoas frágeis e dignas de pena. A série evidencia como a comédia pode ser uma ferramenta importante para subverter esses estereótipos, especialmente dentro do contexto escolar, onde ainda persiste a noção de que pessoas com deficiência são seres “puros”. Essa visão reforça um dos estigmas mais

⁵ O termo categoria está entre aspas pois, apesar da notícia de que a Netflix havia colocado uma categoria nomeada “Novos olhares sobre a pessoa com deficiência”, ela só pode ser acessada colocando essa frase no mecanismo de busca da plataforma. Ela não é acessada através das demais categorias como, por exemplo, a categoria LGBTQIA+, que pode ser acessada através do menu da plataforma.

recorrentes sobre as pessoas *Def*: uma minoridade simbólica que coloca esses corpos passíveis de tutela. A postura de Pablo quebra o clichê de que pessoas com deficiência são “doces, pacientes e agradecidas por qualquer migalha de inclusão”. O personagem é retratado como um sujeito com falhas e crítica política. Ou seja, como uma pessoa complexa e, por isso mesmo, real, e não um estereótipo.

Quanto ao segundo objetivo, entendemos que a série coloca em questão o papel da representatividade crítica e interseccional, especialmente no tocante às disputas simbólicas sobre quem pode ou não ocupar um espaço público, como o da polícia, da rua ou da escola. Ao satirizar uma “divisão inclusiva” criada apenas para melhorar a imagem da polícia – e não por um compromisso real com a diversidade –, a série nos convida a refletir sobre as falsas práticas de inclusão que ainda persistem no contexto educacional: ações superficiais que promovem visibilidade, mas não garantem participação efetiva, escuta ativa e equidade no cotidiano escolar. Assim, a obra contribui para evidenciarmos, mesmo no campo do humor, a urgência de se repensar o modo como a inclusão tem sido tratada – como uma concessão e não como um direito social de fato.

Partimos agora para a obra *Além do som* (2020), uma produção estadunidense que acompanha um grupo de jovens com deficiência auditiva que estudam na Universidade Gallaudet. Como série documental, ela se relaciona diretamente com nosso estudo ao nos fazer refletir sobre o processo de educação inclusiva e o papel da inclusão no cotidiano acadêmico.

A Universidade Gallaudet tem uma história de destaque na educação de pessoas surdas. Em 1864, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma lei que transformou a *Columbia Institution for the Deaf and the Blind*, em Washington, na primeira instituição de ensino superior voltada especificamente para surdos. Seu primeiro reitor foi Edward Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, que, em 1816, levou o professor surdo Laurent Clerc para os Estados Unidos. Desde então, a instituição, renomeada como Gallaudet College e, posteriormente, Gallaudet University, continua sendo a única faculdade de Ciências Humanas do mundo dedicada a alunos surdos (Sacks, 2010, p. 13).

Apesar de ser bem produzida e levantar questões relevantes para a temática, a obra não aprofunda críticas sobre a questão da inclusão. Centrada no cotidiano da comunidade apresentada na série, não há uma problematização de seu universo com o mundo externo. O que reforça, em certo sentido, que existe uma divisão entre “normalidade x anormalidade”. Ao relacionar *Além do som* com essa perspectiva histórica, percebe-se uma lacuna na série documental: a falta de questionamento sobre como a inclusão é frequentemente abordada a partir da inserção da pessoa com deficiência no universo das pessoas sem deficiência, em vez de transformar o próprio ambiente para que a diversidade seja parte estruturante dele. A normalização da segregação que a série sugere, quase inibe o debate sobre inclusão e diversidade. Mesmo considerando as especificidades da comunidade surda, o fato de a obra se passar em uma instituição de ensino não é suficiente para provocar reflexões mais profundas sobre o que defendemos neste estudo como educação inclusiva, ou seja, uma abordagem crítica da inclusão, centrada não apenas na presença de pessoas com deficiência em espaços normativos, mas na transformação estrutural desses espaços para que a diversidade seja um pressuposto, e não uma exceção.

Esse recorte contrasta com a abordagem do antropólogo Oliver Sacks em: *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos* (2010). Sacks descreve a comunidade da ilha de Martha's Vineyard, situada na costa nordeste dos Estados Unidos, onde, devido a uma mutação genética recessiva associada à endogamia, uma forma hereditária de surdez se estabeleceu por cerca de 250 anos. Na década de

1690, os primeiros colonizadores surdos chegaram à ilha, e, com o tempo, a linguagem de sinais tornou-se o principal meio de comunicação da comunidade. Isso fez com que muitos habitantes nem se dessem conta da surdez de seus vizinhos. Um relato jornalístico mencionado por Sacks ilustra essa dinâmica: quando questionados se determinada pessoa era surda, os moradores só se davam conta dessa característica após algum tempo de reflexão: “Agora que você mencionou, sim, Ebenezer era surdo e mudo” (Sacks, 2010, p. 23). Nesse contexto, a surdez era vista apenas como um traço da pessoa, sem que sua identidade fosse reduzida a essa condição.

A observação de Oliver Sacks sobre a comunidade de Martha’s Vineyard levanta um ponto fundamental para a discussão sobre inclusão: a maneira como a deficiência é percebida e socialmente construída. No contexto da ilha, a surdez não era um fator de exclusão ou uma característica que definia as pessoas. Isso se deve ao fato de que a comunidade, ao longo dos séculos, desenvolveu uma estrutura social e comunicacional que não impunha barreiras para os surdos. A linguagem de sinais era utilizada por todos, independentemente de serem surdos ou ouvintes, o que eliminava a necessidade de “incluir” alguém em um espaço já acessível a todos. Esse exemplo desafia a forma como a inclusão costuma ser pensada no mundo contemporâneo. Em geral, a inclusão é vista como um esforço para adaptar espaços normativos e excludentes às pessoas com deficiência, como se elas precisassem ser “inseridas” em uma estrutura que originalmente não as contempla. No entanto, o caso de Martha’s Vineyard sugere que a inclusão não consiste apenas em integrar indivíduos em um sistema já existente, mas em transformar o próprio sistema para que ele não exclua ninguém desde o início.

Destacamos aqui, um ponto que será aprofundado na discussão sobre *Crip Camp: revolução pela inclusão*: a inclusão, na maioria das narrativas midiáticas, a inclusão ainda é pensada como um processo de assimilação, no qual o universo da pessoa com deficiência deve ser integrado ao mundo das pessoas sem deficiência. A série, ao apresentar uma comunidade escolar formada exclusivamente por alunos surdos, reforça a ideia de uma separação entre esses dois mundos, normalizando uma lógica de segregação que quase inibe questionamentos mais profundos sobre inclusão e diversidade.

Embora *Além do som* reconheça as particularidades da comunidade surda, sua ambientação em uma instituição de ensino poderia ser um ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre educação inclusiva. No entanto, a série não explora de maneira crítica as barreiras estruturais que historicamente dificultam a acessibilidade e a participação plena das pessoas surdas em espaços educacionais convencionais.

Um aspecto positivo da obra é a forma como seus personagens se enquadram nos arquétipos típicos das narrativas cinematográficas juvenis de Hollywood: há o atleta popular, a garota admirada, os dramas escolares e as dinâmicas sociais comuns a tantas produções voltadas para adolescentes. Essa escolha contribui para que a presença de alunos surdos como protagonistas, não reduza a série a uma discussão exclusivamente sobre a surdez. No entanto, essa abordagem também tem seu custo: ao manter o foco quase inteiramente dentro da comunidade criada na série, pois *Além do som* pouco questiona as barreiras e desafios enfrentados por surdos fora daquele espaço, deixando de problematizar os limites e possibilidades de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Special (2019) é uma série da Netflix que acompanha a trajetória de Ryan, um jovem gay com paralisia cerebral que busca conquistar sua independência e se desvincular da superproteção de sua mãe. Determinado a construir uma vida autônoma, ele consegue um estágio em uma revista local e transforma sua condição em argumento para suas matérias. No entanto, na tentativa de

evitar o estigma associado à deficiência, Ryan omite sua paralisia cerebral e inventa uma história fictícia, alegando que suas limitações motoras são consequência de um acidente de carro. Essa escolha reflete um desejo de ser aceito no ambiente de trabalho e de se inserir socialmente sem que sua identidade seja reduzida à deficiência. Ao longo da série, acompanhamos o processo de (re)descoberta de Ryan, que vai gradualmente ocupando os espaços sociais que almejava. Sua jornada perpassa tanto os desafios da vida profissional quanto a exploração de sua sexualidade e a busca por relacionamentos amorosos. Dessa forma, a narrativa não se limita a retratar a deficiência como um obstáculo a ser superado, mas explora de maneira sensível e bem-humorada as complexidades da experiência de uma pessoa com deficiência em um mundo que constantemente reforça padrões de normatividade.

Consideramos importante destacar o fato de que a série inova ao abordar a interseccionalidade entre deficiência e sexualidade, oferecendo uma imagem rara e necessária nos meios audiovisuais. Ryan não é apenas um personagem gay ou uma pessoa com deficiência; ele encarna a complexidade da condição humana. Ao longo dos episódios, a série evidencia como a vivência de uma pessoa com deficiência LGBTQIAPN+ é atravessada por múltiplas camadas de experiências, que vão além das identidades que lhe são atribuídas socialmente. Ryan, como qualquer outra pessoa, lida com desejos, inseguranças, conquistas e frustrações, demonstrando que sua trajetória não deve ser reduzida a um discurso de superação ou limitação.

Ao explorar sua sexualidade, sua independência e seu lugar no mundo, a série propõe um outro olhar sobre a corponormatividade, ou seja, sobre os padrões de corpo e funcionalidade considerados “ideais” e reforçados socialmente. A narrativa de *Special* questiona a maneira como determinados corpos são invisibilizados ou infantilizados, especialmente no campo da sexualidade e do desejo. Ao apresentar um protagonista que busca o prazer, o afeto e a autonomia sem negar os desafios estruturais que seu corpo enfrenta na sociedade, a série amplia as possibilidades de representação e evidencia a necessidade de deslocarmos o olhar normativo que define quais corpos podem ou não ser desejados. *Special* não apenas amplia a representatividade *Def* ao incluir uma perspectiva interseccional, mas também desafia o imaginário social sobre deficiência, sexualidade e independência. A série oferece uma contravisualidade às visualidades hegemônicas, reivindicando espaços/tempos do existir, que se cruzam, criando narrativas mais diversas e complexas no audiovisual.

As séries aqui analisadas não estão sendo avaliadas como boas ou ruins, pois nossa abordagem se constrói a partir de um duplo olhar: ora como pesquisadores, ora como testemunhas da experiência da deficiência. Embora os estereótipos presentes nas séries analisadas sejam sutis, eles, ainda assim, marcam os corpos dos personagens, reforçando concepções equivocadas sobre corpos com deficiência. Em alguns momentos, apresentam representações da pessoa com deficiência no sentido mais amplo do termo, mas percebemos que, mesmo que a proposta da obra não seja necessariamente discutir a deficiência, ela acaba sendo colocada como um elemento central na narrativa. Isso evidencia como a deficiência, muitas vezes, é tratada como um fator determinante da identidade dos personagens, limitando a complexidade de suas vivências. Nesse sentido, consideramos imprescindível borrar essas fronteiras identitárias e, tal como proposto por Braidotti (2002), inaugurarmos “subjetividades nômades”, recusando qualquer forma de identidade fixa que circunscreva a complexidade de nossas existências a uma condição única. Tanto Braidotti (2002) como Haraway (2009) apontam para o fato de que “as identidades políticas totalizantes”, que tentam encaixar todas as pessoas de um grupo em uma única categoria rígida, precisam ser

fraturadas e substituídas por uma compreensão situada dos sujeitos, como algo que emerge a partir das experiências concretas de cada pessoa, em seu contexto histórico, social e cultural.

Com raras exceções, como no caso de *Special*, identificamos uma notável ausência de representatividade interseccional nas séries cartografadas, o que leva à construção de personagens com deficiência que parecem desprovidos de complexidade, sendo frequentemente reduzidos a essa condição. Essa limitação é perceptível no próprio catálogo da Netflix, em que a presença de protagonistas negros com deficiência é praticamente inexistente. As séries mais conhecidas da plataforma, dentro dessa categoria, são protagonizadas majoritariamente por pessoas brancas, criando a falsa impressão de que não existem pessoas pretas com deficiência. Em alguns casos, há representações que abordam interseccionalidades, mas o protagonismo dominante ainda é do homem branco cisgênero. Esse padrão reforça estereótipos e contribuem para a manutenção do conceito de corponormatividade, conceito central para este estudo.

Mas por que esses personagens *Def* não são negros? O que está por trás disso? Não temos elementos concretos para responder a essas questões, mas a quase ausência de protagonistas negros com deficiência nos produtos culturais da Netflix revela não apenas uma lacuna representacional, mas a presença ativa de mecanismos estruturais de apagamento que operam na simplificação desses corpos e negam intersecção entre raça, deficiência e gênero. Ao construir personagens – sobretudo os protagonistas – como figuras definidas unicamente por suas deficiências, essas produções acabam por suprimir a multiplicidade de aspectos presentes em suas subjetividades. Como já foi demonstrado ao longo deste estudo, esse modelo reducionista não abarca a experiência da pessoa com deficiência. No entanto, ao perpetuar essa abordagem, as séries negligenciam a diversidade presente nesses corpos.

Diante desse cenário, torna-se fundamental buscar narrativas que rompam com essa lógica e ofereçam novas perspectivas sobre a deficiência, motivo pelo qual escolhemos como proposta para finalizar esta análise o documentário *Crip Camp*. Com isso, estamos propondo destacar a importância da produção de contravisualidades (Mirzoeff, 2016) para romper com os estigmas associados à deficiência. A contravisualidade, aqui, se torna um instrumento essencial para ampliar a restituir o direito de pessoas com deficiência serem vistas em sua complexidade, especialmente no ambiente escolar, onde a presença de imagens plurais possa transformar percepções e promover uma educação inclusiva.

CRIP CRAMP: A REVOLUÇÃO PELA INCLUSÃO

Crip Camp: revolução pela inclusão (2020) é um documentário produzido por Barack e Michelle Obama que narra a história do *Camp Jened*, um acampamento de verão nos anos 1970, voltado para jovens com deficiência. Localizado nos Estados Unidos, o acampamento foi pensado para ser um espaço libertador, no qual jovens com deficiência pudessem experimentar vivências comunitárias sem barreiras e discriminações. A experiência no acampamento foi transformadora para muitos participantes, inspirando alguns participantes a tornarem-se protagonistas no movimento pelos direitos das pessoas com deficiência nos EUA. O filme acompanha a trajetória de alguns desses ex-campistas, como Judy Heumann, que se tornou uma das mais importantes ativistas da causa. A narrativa documental apresenta imagens de arquivo do *Camp Jened* entrelaçadas aos relatos contemporâneos de ex-participantes, criando um fio condutor que conecta a experiência

libertadora do acampamento às mobilizações e às lutas políticas que levaram à conquista da Lei dos Americanos com Deficiências (ADA) em 1990, um marco legal contra a discriminação.

O documentário é uma celebração do ativismo e da possibilidade de transformação social impulsionada por aqueles que lutaram para serem ouvidos e reconhecidos. Ele inicia apresentando James LeBrecht (apelidado como Jim no filme) um sonoplasta do teatro de Berkley, na Califórnia. O modo como Jim é apresentado já mostra o tom do documentário, retratando a luta pelo direito de existirmos como queremos ser vistos. Jim nasceu com uma deficiência que, em princípio, seria muito limitante fisicamente, porém, ter um trabalho fazendo o que gosta, lhe possibilita uma vida independente e produtiva. Após a apresentação, Jim relata que nasceu com espinha na bífida, e que os médicos deram horas de vida para ele, no entanto, rebate, brincando: *“Aparentemente, meus planos eram outros”*.

Após essa breve apresentação, Jim relata que, na metade da primeira série, o deixaram entrar em uma escola pública, sob a condição provisória de “teste”. Importante destacar que, na sua época, as crianças e os adolescentes com deficiência eram matriculados em instituições especiais, o modelo educacional era segregador e as instituições voltadas para as pessoas com deficiência eram precárias e desumanizadas. A fala de seu pai, ao alertá-lo de que ninguémalaria com ele se não tomasse a iniciativa, reforça uma lógica cruel: a de que pessoas com deficiência devem se adaptar a um mundo normativo que não considera seus corpos nem suas subjetividades.

A experiência de Jim nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970, aponta como o filme pode ser compreendido como uma contravisualidade, pois a experiência do acampamento retratado, não apenas surgiu da vivência dos próprios campistas, mas continua a reverberar na forma como a comunidade *Def* encara o capacitismo e reivindica seus direitos de ser vista. O exemplo citado do Jim não é exclusivo a ele; é um fenômeno que abrange toda essa comunidade.

Outra campista, Ann Cupolo Freeman, inicia o seu relato comparando o acampamento Jened com o Woodstock⁶. Ann relata que, quando ocorreu o Woodstock, ela estava com sua avó, ouvindo pelo rádio, e dizendo *“Eu quero ir”*. Para Ann, estar no Jened foi como estar em Woodstock, um espaço de liberdade, experimentação e pertencimento. O acampamento funcionou como um verdadeiro Woodstock para pessoas com deficiência, um ambiente onde barreiras sociais foram desafiadas e novas possibilidades de convivência e aprendizado foram criadas; uma experiência socioeducacional que rompeu muitos paradigmas.

Lionel Je’Woodyard, monitor no Jened, relata: *“Você não era escolhido para times em casa. Já no Jened, usava o taco. Se errasse a bola, estava fora”*. Seu relato evidencia como o acampamento promovia um senso de igualdade raramente vivenciado no mundo exterior. No Jened, as regras do jogo eram claras e valiam para todos, sem infantilização ou exclusões arbitrárias. O acampamento se configurou, portanto, como um espaço de resistência e afirmação, onde os campistas puderam experimentar, talvez pela primeira vez, um mundo projetado para acolhê-los e fortalecê-los.

⁶ Woodstock Music & Art Fair, popularmente conhecido como Woodstock, foi um festival realizado no ano de 1969 na cidade de Bethel, localizada no estado de Nova York. O festival foi um produto do movimento da contracultura dos Estados Unidos.

Figura 01: *Crip Camp* beisebol



Fonte: *Crip Camp: revolução pela inclusão* (2020) - Netflix.

#paratodos verem: A imagem em questão apresenta, em primeiro plano, um homem em cadeira de rodas ao lado de outro homem em pé, ligeiramente afastado. Ao fundo, observa-se uma pessoa em cadeira de rodas segurando um taco de beisebol, pronta para rebater a bola. Atrás dela, há mais um homem em pé e outra pessoa em cadeira de rodas.

Falas como a de Je'Woodyard revelam diversas camadas das vivências experimentadas no *Camp Jened*. Uma dessas camadas diz respeito a uma lógica assistencialista, em que as ações malsucedidas de corpos *Def* são vistas com uma condescendência que não tem nada de “boazinha”, pois está relacionada a uma percepção capacitista de que seus corpos não são plenamente capazes, refletindo um olhar historicamente enraizado na sociedade, que fragiliza as pessoas com deficiência e as trata como meros espectadores das experiências vivenciadas por seus pares sem deficiência. No *Camp Jened*, ao contrário, a inclusão era efetiva: os participantes jogavam, erravam e aprendiam dentro das mesmas regras, sem concessões paternalistas. Esse aspecto reforça a importância de ambientes que promovam a autonomia e desafiem as normativas capacitistas predominantes, possibilitando a construção de subjetividades que rompam com a visão hegemônica da deficiência como sinônimo de limitação.

Larry Allison, diretor do acampamento *Jened*, criado nos anos de 1950 como um acampamento tradicional de verão, teve a sua transição na década de 1960. Ele declara que “mudaram sua filosofia” para “fornecer o tipo de ambiente onde os adolescentes pudessem ser adolescentes, sem todos os estereótipos e rótulos”. Larry, que era adepto ao movimento *hippie*, tinha uma visão muito abrangente sobre as pessoas com deficiência. Para ele, “a garotada”, como os chamava, deveria jogar beisebol, correr, nadar, sem nenhum empecilho social. Ele comenta que, durante o acampamento, eles perceberam que: “o problema não existia com as pessoas com deficiência. O problema era com as pessoas sem deficiência”, o que nos remete ao que deveria ser o princípio de uma educação inclusiva. Afinal: [...] para que uma pessoa possa assumir sua liberdade é necessário que ela se conheça por inteiro: se descubra como um corpo, como uma consciência, como um ser social, [...]. E é isso que uma educação para a liberdade deve ser também uma educação integral, em que o homem se perceba e se conheça em todas as suas facetas (Gallo, 2002, p. 30).

Pessoas com deficiência vivem em um mundo que não é feito para elas. Por mais que tenhamos políticas de acessibilidade e inclusão, o que lhes é permitido é “acessar um mundo” regido pelo capacitismo estrutural que só será abalado em seus alicerces quando reconhecermos as múltiplas facetas de coexistência entre corpos. Eis por que a proposta que moveu este estudo consistiu em produzir contravisualidades que restituam um “direito ao olhar” para que as pessoas sem deficiência possam se aproximar do direito de terem *uma visão mais real* de como a sociedade lida com as divergências dos padrões corporais. Em se tratando de educação, não são os corpos que devem se encaixar a sistema que enquadra, mas, sim, o sistema que deveria romper com as hegemonias que instituem modos de ver que estetizam um outro que é radical a um olhar naturalizado que condiciona o que pode ou não ser visto sem constrangimento. *Crip Camp* produz uma contravisualidade que nos ajuda a desmistificar os corpos com deficiência. Os relatos do filme corroboram para a ideia de Debora Diniz (2007) de que são as barreiras sociais que excluem e impedem os corpos de conviverem em equidade social. Essas barreiras são quebradas no acampamento *Jened*, produzindo uma experiência que fortaleceu o movimento das pessoas com deficiência, resultando nos protestos da década de 1970 nos Estados Unidos.

Figura 02: *Crip Camp* manifestação



Fonte: *Crip Camp: revolução pela inclusão* (2020) - Netflix.

#paratodosveremr. A imagem acima é um *frame* em preto e branco de uma das cenas sobre os protestos relatados no filme. A fotografia mostra um grupo de pessoas com deficiência com cartazes ilegíveis, mas que, pela cena, dão indícios de seus conteúdos são de protesto. Dentre os envolvidos estão pessoas com cadeiras de rodas, uma pessoa com cão-guia e uma outra pessoa com baixa estatura, usando uma muleta e com um megafone na mão esquerda. Eles ocupam uma avenida.

Crip Camp nos mostra, com sensibilidade e potência, que a verdadeira revolução pela inclusão começa quando espaços de acolhimento se tornam espaços de afirmação. O acampamento *Jened*

foi um laboratório de liberdade, onde jovens deixaram de ser vistos como sujeitos passivos de um cuidado paternalista e assumiram o protagonismo de suas vidas e lutas. A história desses campistas não pertence apenas ao passado: ela reverbera como um chamado urgente para repensarmos nossas práticas sociais, educativas e políticas. Afinal, uma sociedade que se quer democrática só se realiza quando reconhece, acolhe e celebra todas as formas de existência.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta que moveu este estudo consistiu em produzir contravisualidades que restituam um “direito ao olhar” para que as pessoas com deficiência possam ser vistas em suas complexidades existenciais e não por uma marca que reduz seus corpos a um *déficit*. Cabe à Educação fazer essa reparação para que corpos e existências que foram historicamente descartados pelos sistemas normativos possam protagonizar relações de alteridade e pertencimento em que o encontro entre diferenças produza diferenças que potencializam a vida. Essa atitude, não é apenas um gesto de resistência, mas uma condição para que novas formas de saber e ser no mundo possam emergir por contradições, afinal, todo corpo que resiste é uma resposta para o mundo.

A escrita deste estudo não apenas fortaleceu nossa compreensão sobre a luta das pessoas com deficiência, mas também evidenciou a urgência de questionarmos os dispositivos que regulam corpos e existências. Se a resistência não pode se limitar a um embate entre ideologias fixas, como sugere Foucault (1987), ela deve operar na desmontagem dos mecanismos que naturalizam as hierarquias e impõem limites ao que podemos ser. Assim, encerramos essa escrita com o compromisso de continuarmos desafiando as normatividades impostas e reivindicando espaços onde a diversidade dos corpos e das experiências possam existir sem precisar se justificar sobre ou porque existem.

REFERÊNCIAS

- ALÉM do som. Direção: Hamish Hamilton. Estados Unidos: Amazon Studios, 2020. Série documental (1 temporada). Amazon Prime Video. Disponível em <https://www.primevideo.com/>. Acesso em 11 fev. 2026.
- BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política* – Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. *Labrys, estudos feministas*, n. 1-2, p. 1-16, 2002. Disponível em https://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Diferenca_Diversidade_e_Subjetividade_Nomade.pdf Acesso em 10 jan. 2025.
- CRIP Camp: a disability revolution. Direção: James Lebrecht; Nicole Newnham. Estados Unidos: Higher Ground Productions; Netflix, 2020. 1 vídeo (106 min). Netflix. Disponível em <https://www.netflix.com/>. Acesso em 11 fev. 2026.
- DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DIVISÃO Palermo. Criação: Santiago Korovsky. Argentina: K&S Films; Netflix, 2023. Série (1 temporada). Netflix. Disponível em <https://www.netflix.com/>. Acesso em 11 fev. 2026
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: Nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- GALLO, Silvio. Em torno de uma educação menor. *Educação e Realidade*. p. 169-178. jul/dez, 2002.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Trad. de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33-118.
- MCRUER, Robert. *Teoria Crip: signos culturais entre o queer e a deficiência*. Tradução de Anahí Guedes de Mello, Olivia von der Weid. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2024.
- MIRZOEFF, Nicholas. O direito ao olhar. *Revista ETD - Educação Temática Digital*, v. 18, n. 4, 2016. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646472>. Acesso em 03 de out. de 2025.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. trad. Mônica Costa Netto, São Paulo: Ed. 34, 2005.
- ROUANET, Sérgio. Paulo. O homem-máquina hoje. In: RIBEIRO, R. J. *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 37-64, 2003.
- SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, Dagmar de Mello; SILVA, Leiliane Domingues. Por que precisamos falar de inclusão? *Revista Diálogos e Diversidade*, Jacobina - Bahia - Brasil, v. 1, n. e12460, p. 01-11, 2021. Disponível em <https://revistas.uneb.br/index.php/rdd/article/view/12460> Acesso em 07 dez. 2024.

Submetido em agosto de 2025.

Aprovado em outubro de 2025.

Informações das autoras

Daniel Zürcher
Universidade Federal Fluminense
E-mail: danielzurcher@id.uff.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4222-1239>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6127770392074207>

Dagmar de Mello e Silva
Universidade Federal Fluminense
E-mail: dmesilva@id.uff.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5863-3607>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4435613728839687>